



Nota Técnica – Malha Fiscal 101

Aproveitamento de crédito de notas canceladas

1. Descrição da malha
1.1 A malha 101 identifica nota fiscal de entrada cancelada na base de dados das NFe registrada na Escrituração Fiscal Digital – EFD, como “documento regular”.
2. Critérios da malha
2.1 Nesse cruzamento é feito o comparativo entre as NF-e registrada na EFD do contribuinte com a base de dados da NF-e.
2.2 São consideradas as notas fiscais modelo 55, cujo valor de ICMS seja maior que 0 (zero).
2.3 O período considerado nesta malha é o mês e ano de referenciado na EFD..
3. Detalhamento das inconsistências
3.1 Lista todas as notas fiscais canceladas registradas na entrada, onde constam as seguintes informações: CHAVE ACESSO NFE (Chave de acesso da nota fiscal de saída) REFERÊNCIA EFD (mês/ano do registro da nota fiscal na EFD) DATA EMISSÃO (data da emissão da nota fiscal) NOTA FISCAL (número da nota fiscal) VALOR ICMS EFD (valor do ICMS registrado na EFD)”
4. AUTORREGULARIZAÇÃO
4.1. A autorregularização consiste no saneamento, pelo contribuinte, das irregularidades decorrentes das divergências ou inconsistências identificadas na malha fiscal, conforme Instrução Normativa nº 199/2022-SRE, e está prevista no art. 142-A da Lei nº 11.651/91, regulamentada pelo art. 441-A do Decreto nº 4.852/97.
4.2. As irregularidades identificadas são informadas ao contribuinte por meio de Comunicado enviado pelo Domício Tributário (DTE).
4.3. É assegurado ao contribuinte o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento do comunicado, para sanear as irregularidades
4.4 Para consultar os valores das pendências, efetuar o pagamento à vista, solicitar parcelamento ou apresentar justificativa, o contribuinte pode acessar o Sistema AutoReg, por meio do link: https://plataformadigital.sefaz.go.gov.br/amp/ .



4.5 As justificativas e respectivos documentos são registrados sistema AutoReg e analisadas de acordo com a prioridade definida pela Administração Tributária.

4.6 Findo o prazo da autorregularização, a ausência de manifestação quanto à irregularidade apontada pode ensejar ação fiscal, com aplicação da penalidade prevista na Lei nº 11.651/91.

5. Ajustes na EFD

6.1 O contribuinte deverá registrar o pagamento por meio de ajuste na EFD d o relativa ao mês de pagamento, utilizando o código GO059999 (Tabela 5.1.1 de Códigos de Ajustes) - Débitos Especiais -Valores Extra-Apuração. Código genérico para situações não previstas na tabela. Inserir no Campo Descrição do Contribuinte a seguinte expressão: “Débitos Especiais de ICMS, relativos ao imposto decorrente da escrituração de Nfe cancelada., que ora se regulariza.”

6.2 É recomendável relacionar os números das NF-e no livro RUDFTO.

6.3 -No caso de pagamento à vista do valor total da malha, via DARE, a baixa é automática

6. Observações

6.1 O atendimento de dúvidas sobre a autorregularização são enviadas para o e-mail autorregularizacao.economia@goias.gov.br, pois não há atendimento, virtual ou presencial, pelas Delegacias Regionais de Fiscalização e Gerências Especializadas.

6.2 O processo de autorregularização é totalmente automatizado, não sendo necessário o comparecimento do contribuinte ou contabilista à Delegacia.

LINKS

IN 199/2022

https://appasp.economia.go.gov.br/legislacao/arquivos/Superintendencia/SGAF/IN/IN_199_2022.htm

Guia prático escrituração EFD

https://goias.gov.br/economia/wp-content/uploads/sites/45/2024/07/Guia_pratico_5.5.pdf

Manual do Usuário AutoReg e PDP

<https://goias.gov.br/economia/manuais-do-usuario/>



Estado de Goiás
Secretaria de Estado da Economia
Subsecretaria da Receita Estadual
Superintendência de Controle e Auditoria

Manual justificativas

https://goias.gov.br/economia/wp-content/uploads/sites/45/2024/04/Manual-AutoReg_Justificativas_04.04.2024.pdf